

Participação convencional e não convencional na América Latina

Julian Borba¹ e Ednaldo Aparecido Ribeiro² (Brasil)

Abstract

O artigo aborda as relações entre modalidades convencionais e não convencionais de participação. Os dados são oriundos de um survey aplicado em três capitais da América do Sul (Porto Alegre, Montevideu e Santiago). Com base em técnicas de análise multivariadas foram testadas as relações entre variáveis sócio-demográficas, atitudinais e comportamentais sobre as distintas formas de participação. Conclui-se que nas três cidades estudadas a participação numa das modalidades (convencional ou não convencional) se constitui no maior preditor para a participação em outra, o que fornece validação empírica para as teorias da participação que interpretam o engajamento político como produto de contexto e dos repertórios que são mobilizados pelos atores sociais.

Palavras-chave: participação política; participação convencional; participação não convencional.

This article deals with the relationships between conventional and non-conventional forms of participation. The data were extracted from a survey conducted in three South American capitals (Porto Alegre, Montevideo and Santiago). Using multivariate analysis techniques, the relations between socio-demographical, attitudinal and behavioral variables were tested within the distinct forms of participation. In the three cities, participation in one of the modalities (conventional or non-conventional) was found to be the main predictor of participation

¹ Graduado em Ciências da Administração, Mestre em Sociologia Política, Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Pesquisa na área de valores e comportamentos políticos, em especial nos temas de participação política, cultura política e comportamento eleitoral.

² Graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia Política. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisador na área de valores e comportamentos políticos, com ênfase em análise de dados de survey por meio de metodologia quantitativa. Publicou artigos em periódicos nacionais e internacionais, dentre os quais estão BIB - Revista Brasileira de Inf. Bibliográfica em Ciências Sociais, Cultura y Política, Revista de Sociologia & Política, Opinião Pública e Política & Sociedade.

in the other, a fact that serves as empirical validation for the theories of participation that view political engagement as a product of the context and repertoires that are mobilized by the social actors.

Key-Words: political participation; conventional participation; non-conventional participation.

Introdução

O tema da participação política e sua relação com a democracia, talvez seja um dos mais debatidos na história da reflexão política. Como muito bem destaca Della Porta (2003, p. 85), a etimologia do conceito de política remete à participação. Na democracia direta dos gregos os termos política e participação eram intercambiáveis. Já nas modernas democracias (representativas) a participação passa a ser vista como um insumo do processo político. À ela é atribuído o papel de constituição do corpo político, que se materializa no ato do voto. Constituída a autoridade política, a participação sai de cena, dando lugar à representação.

Mesmo ocupando um papel de coadjuvante no funcionamento das modernas democracias, restam à participação outras funções relacionadas ao controle e fiscalização da autoridade política. Atividades de demandar bens públicos, tematizar questões públicas e os protestos também fazem parte do rol das formas de participação.

A moderna Ciência Política tem dedicado grande atenção ao tema em questão. Os esforços vão desde a definição conceitual, passando pelas tipologias, chegando até aos condicionantes do engajamento político.

Em termos das tipologias, a classificação mais aceita pela literatura é aquela que diferencia às formas convencionais das não convencionais de participação (e protesto). Por participação convencional entende-se aquelas formas ligadas, em geral, ao momento eleitoral.³ Como exemplo, tem-se o ato de votar e o engajamento num partido político. Já a participação não convencional está relacionada às atividades ligadas, em geral, a ações coletivas, como participar de um protesto político, ocupar um prédio público, greves.⁴

Se a literatura é consensual quanto à tipologia acima, o mesmo consenso não se verifica quanto ao diagnóstico sobre os níveis de participação desejados para o bom funcionamento da democracia (Cf. Norris, 2007, p. 630),⁵ muito menos quanto às relações (de complementaridade ou exclusão) entre participação convencional e não convencional.

Pesquisas empíricas têm apontado para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (Dalton e Wattenberg, 2001, Putnam, 2003) e para ampliação

³ Elucidativa dessa interpretação é a forma como Verba, Nie e Kim (1978, p. 46, apud Norris, 2007, p. 639) definem a participação: “those legal activities by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the selection of governmental personnel and/or the actions they take”. Deve-se destacar que tal conceito é exatamente igual aquele definido em Verba and Nie (1972, p. 2), o qual, porém, aparece sem a expressão “legal”.

⁴ Norris (2007p. 639) referindo-se a Barnes and Kasse (1979) define o protesto político como “the willingness of citizens to engage in dissent, including unofficial strikes, boycotts, petitions, the occupation of buildings, mass demonstrations, and even acts of political violence”.

⁵ Norris (2007) aponta para os distintos diagnósticos sobre a relação entre participação e democracia quando se compara, por exemplo, as abordagens vinculadas ao modelo schumpeteriano com aquelas oriundas da tradição participacionista.

das não convencionais (Della Porta, 2003; p. 94-95-96, Inglehart e Catterberg, 2002; Norris, 2007; Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005; Catterberg, 2004). *Mas qual o significado desse fenômeno para o funcionamento da democracia?*

As respostas caminham em duas direções: de um lado estão aqueles defensores da tese da “convergência”, ou seja, participação convencional e não convencional caminham juntas e são expressões dos repertórios de ação de uma cidadania mais crítica (Norris, 2002) e portadora de valores pós-materialistas (Inglehart, 1998; Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005).⁶

Por outro lado, autores como Putnam (2003) e Putnam e Pharr (2000) têm lançado um olhar de preocupação para o declínio dos índices de engajamento cívico e acréscimo dos movimentos de protesto. Contra a tese de convergência esboçada acima, afirma-se a “divergência”, ou solapamento das bases sociais e culturais para o funcionamento efetivo da democracia (Putnam e Goss, 2003, p. 9).

Considerando tais diagnósticos discordantes da literatura, cabe perguntar quais os indicadores e significados desse debate quando transposto para a realidade das sociedades “materialmente” não resolvidas, de jovens e instáveis democracias, como é o caso da maioria dos países da América Latina.

Tomando como base essa questão e analisando dados de um *survey* realizado em três cidades sul americanas (Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile), buscar-se-á analisar.⁷

(1) as relações entre as formas convencionais e não convencionais de participação, ou seja, em que medida o indivíduo que participa de formas convencionais também participa (ou não) de formas não convencionais. Através dessa questão buscamos testar as teses da “convergência/divergência” entre as duas modalidades de participação.

(2) O segundo ponto a ser analisado é quanto aos determinantes individuais e sociais do engajamento político nas três cidades estudadas. Trata-se de um desdobramento do primeiro ponto, pois se pretende verificar se as formas convencionais e não convencionais possuem bases atitudinais e sociais convergentes ou divergentes.

O texto está organizado em três partes, além desta: na primeira fazemos uma breve apresentação da literatura sobre participação política. Na segunda, apresentamos a metodologia utilizada e analisamos os dados empíricos. Por fim, na terceira parte são tecidas algumas considerações em termos dos resultados empíricos e perspectivas para novas pesquisas.

⁶ A tese do pós materialismo esboçada por Inglehart, toma como ponto de partida os processos de modernização econômica pelos quais passaram a maioria dos países desenvolvidos, a partir da segunda metade do século XX. Tal processo estaria provocando profundas mudanças culturais, em especial, aquelas relacionadas a difusão dos valores de auto-expressão

⁷ O *survey* foi realizado a partir do projeto de pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: um estudo comparado entre cidades do Brasil, Chile e Uruguai”. O projeto foi coordenado pelo prof. Dr. Marcelo Baquero (NUPESAL/UFRGS) e financiado pelo CNPq a partir do edital PROSUL, destinado a atividades de cooperação científica entre países da América do Sul. A equipe de pesquisa foi composta de pesquisadores brasileiros, chilenos e uruguaios. No Brasil fizeram parte da pesquisa: Marcelo Baquero (coordenador), Jussara Reis Prá, Julian Borba, Henrique Carlos de Oliveira de Castro (UNB) e Benício Schimidt (UNB). No Chile, Patricio Valdivieso (PUC-Chile) e Miguel Angel Lopes (Universidade do Chile). Em Montevidéu, Carlos Mello (Instituto de Marketing del Uruguay).

I. A literatura sobre participação

O conceito de participação remete a várias questões. Booth e Seligson (1976, p. 6), após revisar a literatura sobre o tema, definem a participação como “behavior influencing or attempting to influence the distribution of public goods”. Da mesma forma, Axford (1997, apud Della Porta, 2003, p. 86) fala em comportamentos orientados para influenciar o processo político.

Marcello Baquero e Jussara Prá (2007, p. 126) destacam para a polissemia do conceito, que envolve desde ações “simples” (como votar numa eleição), até ações “analiticamente e conceitualmente mais complexas” (como o uso da violência política).

Se a participação refere-se a comportamentos orientados para obtenção de bens públicos ou a influenciar o processo político, cabe definir quais são as formas pelas quais ela se materializa. Um dos primeiros esforços de sistematização nesse sentido foi feito por Milbrath e Goel (1965). Para estes autores, os comportamentos participativos ocorrem no seguinte *continuum*, em termos de custos e complexidade (Cf. Della Porta, 2003):

- 1) expor-se a solicitações políticas;
- 2) votar;
- 3) participar de uma discussão política;
- 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo;
- 5) usar um distintivo político;
- 6) fazer contato com funcionários públicos;
- 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato;
- 8) assistir a um comício ou assembléia;
- 9) se dedicar a uma campanha política;
- 10) ser membro ativo de um partido político;
- 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas;
- 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas;
- 13) candidatar-se a um cargo eletivo;
- 14) ocupar cargos públicos.

Os comportamentos listados acima estão relacionados a formas “socialmente aceitas” de participação, que, como visto acima, foram definidas pela literatura como “convencionais”. Milbrath e Goel (1965), assim como Almond e Verba (1963) e Verba e Nie (1972), desconsideravam em suas análises outras formas de engajamento político, como por exemplo, a participação em movimentos de protesto político. Como bem destaca Norris (2007), o modelo analítico por eles desenhado previa apenas o engajamento político do tipo “citizen-oriented”. A autora (2007, p. 639) critica tal abordagem ao apontar que

Citizen-oriented activities, exemplified by voting participation and party membership, obviously remain important for democracy, but today this represents an excessively narrow conceptualization of activism that excludes some of the most common targets of civic engagement which have become conventional and mainstream.

A partir dos anos de 1960, com a eclosão dos “novos movimentos sociais”, assiste-se a expansão do que Norris (2007, p. 639) denomina de participação *cause-oriented*, fortemente ligadas às atividades de protesto político, que vão reconfigurar o campo das práticas e repertórios de ação daqueles indivíduos engajados politicamente. Verifica-se, nesse sentido, a difusão de formas não convencionais de participação. Della Porta (2003, p. 92), elenca algumas das formas pelas quais a participação não convencional pode se expressar:

- 1) escrever a um jornal;
- 2) aderir a um boicote;
- 3) auto-reduzir impostos ou rendas;
- 4) ocupar edifícios;
- 5) bloquear o trânsito;
- 6) assinar uma petição;
- 7) fazer um *sit-in*;
- 8) participar numa greve;
- 9) tomar parte em manifestações;
- 10) danificar bens materiais;
- 11) utilizar violência contra pessoas.

Nesse sentido, considerando a articulação entre as distintas formas de participação, podemos utilizar a seguinte classificação (segundo Baquero e Prá, 2007, p. 131): 1) ações expressivas (ex. patriotismo e votar em eleições), 2) ações instrumentais (participar em campanhas), 3) comportamentos não convencionais (movimentos de protesto, passeatas).⁸ Na interpretação de Della Porta (2003, p. 93), tais dimensões não podem ser vistas como excludentes, mas sim como “estilos” ou “repertórios” privilegiados pelos atores sociais em determinadas situações. Para a autora,

(...) Com efeito, a participação convencional está com frequência relacionada com a não convencional, indicando que pessoas interessadas na política e competentes no campo tendem a utilizar simultaneamente vários instrumentos possíveis para pressionar os governos. Se há indivíduos que preferem um ou outro tipo de estratégia, existem muitos que os combinam entre si.

Referindo-se, em especial, aos países desenvolvidos e estáveis politicamente diagnostica que:

A conclusão é que a participação crescente, embora não-convencional, não constitui um indicador de declínio de legitimação das democracias, onde se observa, também, um crescimento das competências políticas, em particular entre os jovens. Representa, antes, uma expressão de uma ampliação duradoura das potencialidades de intervenção dos cidadãos (p. 93).

(...)

A investigação mais recente confirma que as formas de participação não convencionais são complementares, e não alternativas, em relação às convencionais (p. 96)

⁸ Lúcia Avelar (2004) propõe a seguinte tipologia quanto às formas de participação: a) canal eleitoral (voto, partidos, etc...), b) canais corporativos (sindicatos, órgãos de classe), c) canal organizacional (movimentos sociais).

Por outro lado, Robert Putnam (2003, p. 647) chama a atenção para o fato de que as evidências empíricas quanto ao crescimento das novas formas de participação são bastante frágeis. Referindo-se ao seu trabalho sobre o declínio do capital social nos EUA (Putnam, 2002), afirma que as “dichas pruebas no parecen apoyar el supuesto crecimiento” (Idem). Continuando sua análise, atenta para o fato de que, mesmo que os dados empíricos apontassem para o crescimento das novas formas de participação, as consequências políticas não necessariamente seriam positivas, pois “las formas más recientes de participación social son más limitadas, tienden menos puentes y se centran menos en objetivos colectivos o ‘de interés público’. (...) las formas nuevas son quizá más liberadoras, pero menos solidarias; representan una especie de privatización del capital social” (Idem, p. 648). O autor identifica também uma redefinição do status do cidadão, o qual tem atuado cada vez mais como “espectador que como (...) participante” (p. 648). Contra a tese de Inglehart sobre a mudança geracional e a emergência de valores pós-materialistas, Putnam afirma que

En nuestra obra, en cambio, encontramos ciertas pruebas de la existencia de una brecha generacional diferente: pruebas sobre una cohorte joven singularmente desinteresada por la política, que desconfía tanto de los políticos como del ‘prójimo en general’, escéptica hacia los asuntos públicos, menos inclinada a la participación en organizaciones sociales permanentes. (Idem, p. 649)

O que pode ser visualizado nas linhas acima são visões divergentes quanto ao engajamento político e sua relação com a democracia. De um lado, a visão otimista sobre a convergência entre as diferentes formas de participação. De outro, o pessimismo de Putnam e sua tese do declínio do capital social. Para esse autor, se existe alguma convergência é quanto ao declínio em todas as formas de engajamento político.

Como destacamos na introdução deste trabalho, um dos nossos propósitos neste *paper* é identificar se a tese da convergência entre a participação convencional e não convencional pode ser verificada empiricamente também em países com democracias frágeis e desiguais socialmente, como são a maioria daqueles latino-americanos.

Um terceiro ponto a ser discutido é quanto aos condicionantes da participação (individuais e sociais); sobre o que leva o indivíduo a participar politicamente. A literatura construiu diferentes modelos explicativos para o fenômeno em questão. Milbrath e Goel (1965), uns dos primeiros autores a estudar empiricamente o fenômeno, apontam que os níveis mais elevados de participação podem ser encontrados naqueles com maior escolaridade, nos provenientes das classes médias, nos homens em relação às mulheres, naqueles com idade intermediária, nos casados, nos que moram nas cidades em relação aos que moram no campo, nos que moram a muito tempo num lugar em relação aos que acabam de se transferir, nas maiorias étnicas, naqueles engajados socialmente. Da mesma forma, Verba e Nie (1972), Verba, Schlozman e Brady (1995) identificaram através de pesquisas comparadas uma correspondência entre *status* social e participação. Tal modelo foi conceituado como da “centralidade”, pois identifica que “a intensidade da participação varia conforme a posição social do indivíduo porque, quanto mais central do ponto de vista da estrutura social, maior a participação; quanto mais central a respeito de um grupo social, maior o senso de agregação” (Avelar, 2004, p. 229).

Entretanto, a literatura tem apontado que se essas variáveis ajudam a entender a inserção do indivíduo em práticas participativas, elas não explicam a totalidade do fenômeno.⁹ Nesse sentido, tem-se recorrido a explicações que privilegiam as *identidades* dos atores como base para os processos participativos. As origens de tal reflexão podem ser encontradas nos trabalhos de Pizzorno (1966; 1985) sobre a relação entre identidades e interesses, e sua articulação com os processos de participação. A tradição inaugurada por Pizzorno foi denominada de “modelo da consciência de classe”.

Uma terceira vertente analítica – a teoria da escolha racional – busca explicar a participação pela via da racionalidade. Tomando como ponto de partida o modelo de indivíduo advindo da economia neoclássica – o qual age guiado pela busca de maximização de seus ganhos e satisfação de interesses – a *não* participação é racional, principalmente quando se trata da distribuição de bens públicos. Olson (1993) recorre, nesse caso, ao argumento dos benefícios seletivos, ou seja, formas de apropriação privada dos bens públicos. Em outras palavras, a condição de participação seria a obtenção de benefícios que seriam apropriados privadamente pelos participantes do processo. Caso contrário, deveria imperar a lógica do “carona”.¹⁰

Por fim, destacamos a abordagem *institucionalista*. Norris (2007) em recente revisão da literatura sobre o engajamento político destaca para a importância dos diferentes desenhos institucionais nos níveis de participação eleitoral. Da mesma forma, Lúcio Rennó ao estudar os determinantes do engajamento em organizações da sociedade civil na América Latina, afirma que, “instituições podem fomentar ação coletiva criando estruturas de oportunidade política para grupos sociais” (Rennó, 2003, p. 174).

O leitor pode ter notado que na apresentação das diferentes teorias do “engajamento político” não realizamos qualquer distinção entre as formas convencionais e não convencionais. Na forma como foi apresentado, os condicionantes (individuais e sociais) seriam os mesmos. Isso é o que tem sido apontado pela literatura sobre o tema (Norris, 2007, Della Porta, 2003). Aqui também cabe verificar se, para sociedades como as latino-americanas, tal tese pode ser verificada empiricamente.

II. Participação convencional e não convencional em Porto Alegre, Montevideu e Santiago

Para testar empiricamente as questões colocadas por este trabalho, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos. A base empírica é formada por um *survey* aplicado em três cidades da América do Sul. São elas, Porto Alegre, Santiago e Montevideu. Em termos de desenho amostral, foram estabelecidos quinhentas (500) entrevistas em cada cidade. O cálculo amostral utilizou um nível de confiança de 95% e grau de precisão de 4% (Baquero, 2007, p. 203).¹¹

⁹ Retomamos aqui, os argumentos desenvolvidos em Lüchmann e Borba (2007).

¹⁰ Coloquialmente o termo “carona” designa aquele que se desloca em veículo alheio sem o pagamento de tarifas ou taxas, ou seja, gratuitamente. Nas teorias racionalistas indica aquela que deveria ser a escolha racional quando da decisão do indivíduo em participar da ação coletiva por bens públicos, ou seja, diante do fato de que os benefícios são distribuídos a todos, independentemente do esforço individual, o racional seria não participar, obtendo o bem em questão, de “carona” na ação coletiva dos outros.

¹¹ Para maiores detalhes sobre o plano amostral, ver Baquero (2007, p. 203-205).

Com o intuito de verificar se participação convencional e não convencional estão associadas, ou seja, se os cidadãos que participam de formas convencionais são os mesmos que participam das formas não convencionais realizamos o teste empírico utilizando análise fatorial.¹² Essa técnica multivariada permite identificar se diferentes medidas possuem variação conjunta e qual a intensidade dessa associação na composição de fatores (Hair *et al*, 1984). Nesse caso, podemos testar se as diferentes formas de participação (nas três cidades) possuem bases convergentes ou divergentes.

A verificação dos condicionantes individuais e sociais da participação (convencional e não convencional) foi feita através de modelos de regressão envolvendo variáveis sócio-econômicas (sexo, renda e escolaridade), atitudinais (Índice de Confiança nas Instituições Democráticas - CI, Índice de Capital Social - CS, Eficácia Política - EP, Informação - I, a Escala de Materialismo PM¹³) e medidas relacionadas às duas modalidades de participação, que foram operacionalizadas a partir de dois índices: o de participação convencional e o de participação não convencional. O primeiro envolve a participação em partidos, em reuniões políticas e atos públicos (como comícios), ou seja, reúnem o que podemos definir como formas eleitorais. O segundo índice reúne a participação em protestos, greves, ocupações e sindicatos.¹⁴ Esses dois índices foram introduzidos como variáveis dependentes em diferentes modelos multivariados. Para testar o efeito mútuo das duas modalidades de participação (convergência ou divergência), quando a variável dependente era participação convencional, foi colocado o índice de participação não convencional como uma das medidas explicativas. O inverso foi feito quando a participação não convencional era a variável dependente.

As variáveis originais utilizadas na análise fatorial e na composição dos índices foram geradas a partir da seguinte questão: “você costuma participar de”: a) partidos políticos, b) reuniões políticas, c) comícios, d) associações comunitárias, e) associações religiosas, f) associações sindicais, g) conselhos populares, h) organizações não governamentais (ONGs), i) orçamento participativo (para os casos de Porto Alegre e Montevidéu), j) abaixo-assinados, l) manifestações ou protestos, m) greves, n) ocupação de terrenos ou prédios públicos. Cada pergunta admitia a resposta “sim”, “não”, “já participou” e “não respondeu”. Para fins analíticos, procedemos a soma das respostas “sim” e “já participou” e desconsideramos as não respostas para todas as variáveis utilizadas na análise.

Passemos então aos dados empíricos. A tabela 1 apresenta os dados agregados sobre as várias modalidades de participação política nas três cidades estudadas. Os percentuais indicam que a forma mais usual de participação em Porto Alegre são os abaixo-assinados (56% já participaram ou participam). Em Montevidéu é o comparecimento em comícios (46,8%), enquanto em Santiago é a participação em organizações religiosas (29,9%). Os níveis mais

¹² A análise fatorial é um termo genérico utilizado para se referir a um conjunto de métodos estatísticos multivariados que visam principalmente a redução e sumarização de dados, ou seja, trata-se de um procedimento de redução de dimensionalidade. Ela analisa as *relações* entre variáveis e tenta explicá-las em termos de suas *dimensões subjacentes comuns* (fatores). Por fim, é uma técnica de interdependência - *não há* explicitada uma variável dependente. (Hair *et al*, 1984). Para fins de análise dos dados, foram considerados relevantes os fatores que carregam acima de 0,45.

¹³ Os procedimentos metodológicos para a construção de tais índices encontram-se no “Apêndice metodológico”, disponibilizado ao final do texto.

¹⁴ Para a construção dos índices foram conduzidos testes de consistência interna (Alpha Crombach). Para participação convencional os resultados foram: Porto Alegre 0,87, Montevidéu 0,81 e Santiago 0,77. Para participação não convencional: Porto Alegre 0,69, Montevidéu 0,75 e Santiago 0,63.

baixos para os três municípios foram as “ocupações” (5,7% em Porto Alegre, 9,0% em Montevideú e 1,0% em Santiago).

Um dado que chama atenção quando se comparam as cidades, são os níveis de engajamento político relativamente mais altos em Porto Alegre e Montevideú, quando comparados com Santiago em praticamente todas as variáveis (com exceção da participação em organizações religiosas). Nesse caso, parece ser importante destacar para duas questões que podem explicar tais variações entre as cidades: os condicionantes históricos (*path dependence*) e institucionais. Em termos de condicionantes históricos, aponta-se para as tradições políticas do Uruguai, com seu sistema partidário altamente enraizado na sociedade, juntamente com o fato de ter sido o país que menos tempo viveu sob a égide de um regime autoritário e de possuir uma das democracias mais estáveis da região (Boidi e Queirolo, 2008, p. 25). Juntamente com isso, o fato da cidade de Montevideú ser administrada desde 1990 por uma coalizão de esquerda que tem implementado inovações institucionais que fomentam a participação política, como é o caso do Orçamento Participativo, podem ser explicativos dos elevados níveis de engajamento político na cidade.¹⁵ Em Porto Alegre tem-se situação semelhante. A tradição de mobilização política dos gaúchos remete ao século XIX (Baquero e Prá, 2007), o que, aliado ao fato da cidade estar a praticamente duas décadas com políticas participativas parecem ser os indicadores mais claros sobre os níveis de participação política aí existente.¹⁶ Já Santiago, parece sentir os efeitos da longa e sangrenta ditadura militar, que, juntamente com as reformas econômicas de inspiração neoliberal, parecem ter arrefecido as bases do engajamento político no país.¹⁷ Tais fatores, aliados à ausência de instituições promotoras da participação, parecem ser explicativos dos baixos percentuais de participação política encontrados na pesquisa.

Uma segunda questão surge quando comparamos tais dados com pesquisas em outros países (Della Porta, 2003; Inglehart e Catterberg, 2002; Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005; Catterberg, 2004). Nesse caso, verificam-se níveis de participação relativamente próximos entre as várias sociedades. Dados da pesquisa mundial de valores (World Value Survey), coordenada por Ronald Inglehart, têm apontado uma queda nos índices de participação das novas democracias (onde estão situados os países da América Latina), o que segundo o autor, pode estar indicando o fim da “lua de mel” entre os cidadãos e o regime democrático (Inglehart e Catterberg, 2002). Dados de pesquisas realizadas desde 1968 em Porto Alegre (Baquero e Prá, 2007, Baquero e Viscara, 2008) têm indicado a mesma direção, ou seja, apesar das políticas participativas implementadas no município os índices gerais de participação têm apresentado queda. No caso de Santiago, o estudo de Valdivieso e Lopez (2005, p. 9), verifica uma estabilização nos níveis de participação política. Em relação a Montevideú, comparando nossos dados com amostragens nacionais do Uruguai, de 1996, verifica-se um incremento nos indicadores de participação (World Value Survey, 1996).

¹⁵ Sobre as inovações democráticas em Montevideú, ver Gugliano (2004).

¹⁶ Para uma análise histórica da participação política em Porto Alegre, ver Baquero e Pra (2007) e Baquero e Viscara (2008).

¹⁷ Para uma análise da participação política em Santiago, ver Valdivieso e López (2007), Luna e Seligson (2007).

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PORTO ALEGRE,
MONTEVIDÉU E SANTIAGO

	Porto Alegre	Montevideú	Santiago
	Sim*	Sim*	Sim*
Partidos políticos	18,6	29,0	6,8
Reuniões políticas	19,4	29,2	6,4
Comícios	25,3	46,8	14,8
Associações Comunitárias	21,5	22,6	10,6
Associações religiosas	30,4	18,6	29,9
Associações sindicais	15,4	14,6	4,8
Conselhos populares	11,1	18,2	10,4
ONGs	11,7	13,8	3,8
Orçamento Participativo	19,8	10,9	**
Abaixo-assinados	56,0	44,2	14,4
Protesto	26,8	29,9	11,2
Greves	16,6	31,3	11,8
Ocupações	5,7	9,0	1,0
N	N=510	N=500	N=500

Fonte: NUPESAL/NIEM. Pesquisa Capital social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida na América Latina (CNPq), 2005.

* Soma das respostas sim e já participou.

** Não constava a pergunta no questionário, pelo fato de Santiago não possuir OP.

Uma segunda dimensão de nosso trabalho está relacionada ao teste da tese da “convergência” entre participação convencional e não convencional. Como destacamos acima, testamos tal hipótese através da análise fatorial, um procedimento analítico que permite identificar as variações conjuntas de um grupo de medidas.

A tabela 2, abaixo, apresenta os resultados de tal teste. No caso de Porto Alegre, o modelo produziu três fatores (formas de agrupamento entre as variáveis). Fica visível aí, que para os porto alegrenses, três formas distintas de participação são identificáveis. O primeiro fator é o que poderíamos denominar de *participação em ações coletivas de protesto* (participação em sindicatos, protestos e greves, com níveis de comunalidade acima de 0,65), os quais também estão associados, porém, em menor medida, com a participação em conselhos populares e ocupações. O segundo fator agrupou somente as *formas convencionais de participação* (partidos, reuniões e comícios – todos acima de 0,7). Por fim, um terceiro fator gerou aquilo que Baquero (2007) denominou de *participação comunitária*, ao agrupar a participação em associações religiosas, comunitárias, conselhos populares e Orçamento Participativo.

Montevideu apresenta resultados muito semelhantes aos de Porto Alegre, gerando um modelo com quatro fatores. O primeiro também agrupando as formas de *protesto político* (sindicatos, protesto, greves e ocupações). O segundo, agrupando as *formas convencionais* (partidos, comícios e reuniões políticas). O terceiro e o quarto, mais ligado às *formas comunitárias* de participação. O terceiro fator é importante, pois mostra como a participação em associações comunitárias está fortemente ligado à participação no OP.

O caso de Santiago é o que mais se aproxima do modelo da “convergência”, sendo que o primeiro fator agrupou de maneira forte a participação em partidos e reuniões políticas com a participação em protestos e greves (porém, em menor intensidade). O segundo fator agrupou formas mais comunitárias (associações, conselhos), juntamente com a participação em ONGs. Já o terceiro fator agrupou somente as *formas não convencionais de participação*, porém com intensidades fracas. O quarto fator associou participação em associações religiosas com participação em abaixo assinados.

O que os dados das três cidades apontam é para a refutação parcial da tese da convergência, quando analisamos as diferentes formas de participação de maneira individualizada. Assim, nos casos de Porto Alegre e Santiago, a participação em formas convencionais parece ter bases sociais distintas daquelas das formas não convencionais. Já no caso de Santiago, verifica-se uma confirmação de tal tese. Resta, porém a indagação: qual o sentido e para onde apontam tais dados? Infelizmente não temos condições de responder tal questão nesse espaço, mas fica a pergunta, do por que a cidade com os menores níveis de engajamento é a que se mostra mais “convergente” quanto às diferentes formas de participação?

TABELA 2
ANÁLISE FATORIAL QUANTO AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO
EM PORTO ALEGRE, MONTEVIDÉU E SANTIAGO

	Porto Alegre			Montevidéu				Santiago			
	1	2	3	1	2	3	4	1	2	3	4
Partidos políticos		,873			,889			,840			
Reuniões políticas		,836			,882			,871			
Comícios		,766			,577			,623			
Associações Comunitárias			,782			,843	,639		,723		
Associações religiosas			,693				,752				,813
Associações sindicais	,655			,551					,474		
Conselhos populares	,584		,603						,706		
ONGs							,647		,614		
Orçamento Participativo			,511			,829					
Abaixo-assinados										,417	,549
Protesto	,708			,777				,567		,498	
Greves	,750			,782				,555		,529	
Ocupações	,562			,669						,755	

Fonte: NUPESAL/NIEM. Pesquisa Capital social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida na América Latina (CNPq), 2005.

Extraction Method: Principal Component Analysis

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Para Porto Alegre: modelo explica 55,312% da variância. Fator 1=20,270%, Fator 2=19,379%, Fator 3=15,663%.

Para Montevidéu: modelo explica 63,033% da variância. Fator 1 = 19,991%, Fator 2=17,824%, Fator 3=13,232%, Fator 4=11,987%.

Para Santiago = Modelo explica = 60,15% da variância. Fator 1=22,373%, Fator 2=15,521%, Fator 3=11,991%, Fator 4=10,630%.

Gostaríamos de chamar a atenção, entretanto, para o fato de que a análise fatorial não fornece uma refutação definitiva da hipótese em questão, pois nos informa tão somente se os indivíduos que se envolvem em uma modalidade de participação também tendem a se envolver em outras. Além disso, como já mencionamos, nesse primeiro momento estamos considerando todas as formas de atuação de maneira independente. Nesse sentido, os modelos multivariados que apresentamos na sequência poderão fornecer informações mais precisas sobre o tema, pois indicaram quais são os atributos individuais que favorecem o engajamento das modalidades convencionais e não convencionais. Com base nos resultados desse procedimento mais complexo será possível verificar se essas formas distintas de participação possuem efetivamente os mesmos determinantes individuais.

Como já destacamos acima, os modelos tomam como variáveis dependentes os índices de participação convencional (IPC) e não convencional (INPC). Começemos pelo primeiro (Tabela 3).

Conforme a tabela abaixo, as variáveis sócio-econômicas não apresentaram qualquer capacidade preditiva com relação a essa variável dependente nas três cidades pesquisadas, o que contraria, de alguma forma, os argumentos oriundos da teoria da centralidade, os quais foram construídos justamente a partir dessas modalidades de participação.¹⁸ Com relação às demais variáveis inseridas no modelo, informação política se mostrou significativa nas três cidades (Beta 0,14**¹⁹ em Porto Alegre, 0,10** em Montevideu e em Santiago). Já o Índice de Confiança nas Instituições Democráticas (ICID) mostrou ser significante somente para Montevideu e relacionado de forma positiva (Beta ,012**).²⁰ Por fim, e o mais importante, a variável com maior capacidade explicativa sobre a participação convencional para as três cidades pesquisadas foi o Índice de Participação não Convencional (Beta de 0,43*²¹ em Porto Alegre, 0,42* em Montevideu e 0,46* em Santiago).

Para uma real dimensão da relevância desta variável construímos posteriormente um modelo em que a mesma não foi incluída e verificamos que no caso de Porto Alegre a capacidade explicativa do conjunto das variáveis independentes sofreu uma redução de mais de 17%. O R² ajustado do modelo com a variável sobre participação não convencional é de 0,28 e com a sua exclusão esse valor cai para 0,11. Ganhos semelhantes ocorreram também em Montevideu e Santiago, o que conduz à conclusão de que a inserção de tal variável conferiu robustez explicativa à análise e aponta - ao menos no campo da participação convencional - para a validação dos argumentos oriundos da visão convergente (Cf. Della Porta, 2003), ou seja, de um reforço mútuo entre as duas modalidades. Apesar da análise fatorial anterior ter refutado parcialmente essa tese ao tomar as modalidades de participação isoladamente, quando são consideradas as medidas integradas de cada forma de atuação em modelos funcionais a convergência é bastante significativa.

¹⁸ Deve-se destacar, porém que quando realizamos análises bivariadas entre as diversas modalidades de participação e variáveis sócio-econômicas, encontramos algumas associações significantes entre elas. Tais dados estão apresentados na tabela anexa 1.

¹⁹ ** Sig. $\geq 0,01$.

²⁰ Também nesse caso deve-se destacar, conforme a tabela anexa 2, que as variáveis atitudinais apresentaram associações significativas com algumas modalidades de participação.

²¹ * Sig. = 0,00.

TABELA 3
DETERMINANTES DA
PARTICIPAÇÃO CONVENCIONAL

CIDADE		B	Beta	p
Porto Alegre	Sexo	,157	,073	,104
	Renda	,000	-,077	,095
	Escolaridade	,000	,045	,315
	Idade	-,002	-,024	,607
	ICID	-,003	-,011	,811
	ICS	,070	,062	,288
	EP	,164	,065	,247
	IP	,314	,137	,005
	EPM	,192	,089	,061
	IPNC	,466	,432	,000
Montevideu	Sexo	,029	,012	,779
	Renda	,000	,038	,425
	Escolaridade	-,002	-,005	,920
	Idade	,006	,075	,101
	ICID	,042	,118	,007
	ICS	,048	,042	,454
	EP	,152	,062	,258
	IP	,268	,100	,027
	EPM	,117	,046	,279
	IPNC	,418	,421	,000
Santiago	Sexo	-,113	-,072	,155
	Renda	,021	,053	,294
	Escolaridade	,062	,097	,089
	Idade	,003	,079	,174
	ICID	-,005	-,015	,758
	ICS	,069	,083	,188
	EP	,152	,098	,124
	IP	,157	,100	,053
	EPM	,129	,083	,106
	IPNC	,470	,461	,000

R²Ajustado: Porto Alegre = ,279; Montevideo = ,315; Santiago = ,313.

Fonte: NUPESAL/NIEM. Pesquisa Capital social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida na América Latina (CNPq), 2005.

Vejam agora qual o comportamento das variáveis quando o objeto passa a ser a participação não convencional. Com relação às variáveis sócio-econômicas os resultados dessa vez são menos inequívocos na comparação com o modelo anterior, mas continuam apontando para uma capacidade explicativa limitada dos atributos sócio-econômicos. Desta vez renda, sexo e escolaridade produziram efeitos significativos, entretanto, em diferentes capitais. Renda produziu um efeito reduzido em Porto Alegre, com cada elevação de nível produzindo incremento de 0,15 desvio-padrão na variável dependente. No caso de Montevideu, sexo e escolaridade apresentaram relevância, porém com efeitos menores ainda. Em Santiago nenhum dessas medidas se mostrou relevante.

Com relação às demais variáveis, o ICID se mostrou importante em Porto Alegre (Beta -,10**) com sinal negativo. O ICS se mostrou significativo somente em Montevideu (Beta ,22*). Porém, assim como vimos na tabela anterior, a variável do modelo que demonstrou possuir maior capacidade explicativa para a participação não convencional foi o Índice de Participação Convencional, (com um Beta de ,44* em Porto Alegre; ,40* em Montevideu e ,50* em Santiago). Esses valores têm em todas as cidades quase o dobro do efeito das demais variáveis explicativas, confirmando o efeito mútuo entre as duas modalidades de participação.

Assim como apontamos sobre o modelo anterior, a inclusão do índice de participação convencional como variável explicativa elevou significativamente a capacidade explicativa desses últimos modelos. No caso de Porto Alegre o R^2 ajustado que era de 0,09, passou a 0,26, indicando que o conjunto das variáveis é capaz de explicar 26% da variação no índice de participação não convencional. Em Montevideu, o percentual passa de 21 pontos para 34. Por fim, em Santiago a capacidade que era de apenas 4% atinge os 26%.

TABELA 4
DETERMINANTES DA
PARTICIPAÇÃO NÃO CONVENCIONAL

CIDADE		B	Beta	p
Porto Alegre	Sexo	-,119	-,060	,188
	Renda	,000	,151	,001
	Escolaridade	,000	,029	,518
	Idade	,001	,017	,722
	ICID	-,025	-,097	,033
	ICS	,044	,042	,471
	EP	,034	,014	,801
	IP	-,029	-,014	,781
	EPM	,201	,100	,036
	IPC	,410	,442	,000
Montevideu	Sexo	,215	,090	,036
	Renda	,000	,014	,772
	Escolaridade	,046	,136	,003
	Idade	,006	,069	,124
	ICID	,002	,005	,903
	ICS	,260	,222	,000
	EP	-,203	-,082	,124
	IP	,195	,073	,102
	EPM	,173	,068	,105
	IPC	,406	,404	,000
Santiago	Sexo	,094	,062	,244
	Renda	-,015	-,038	,476
	Escolaridade	,033	,052	,377
	Idade	,000	-,012	,848
	ICID	,009	,027	,602
	ICS	-,009	-,012	,861
	EP	,039	,025	,701
	IP	,013	,008	,875
	EPM	,069	,045	,396
	IPC	,490	,499	,000

R² Ajustado: Porto Alegre = ,262; Montevideu = ,343; Santiago = ,256.

Fonte: NUPESAL/NIEM. Pesquisa Capital social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida na América Latina (CNPq), 2005.

Conclusões

O presente *paper* buscou desenvolver algumas considerações teóricas e empíricas sobre as diferentes formas de participação, tomando como parâmetro uma pesquisa realizada em três cidades da América do Sul. Os dados apontaram em três direções:

1) Existem níveis desiguais de participação entre as cidades estudadas. Enquanto Porto Alegre e Montevidéu apresentam uma cidadania mais mobilizada, Santiago tem índices de participação relativamente mais baixos. Exploramos a tese de que fatores históricos e institucionais podem ser explicativos de tais diferenças.

2) Quanto ao agrupamento entre as diferentes formas de participação o que os dados indicam é que em Porto Alegre e Montevidéu, os participantes das formas convencionais não são os mesmos que se envolvem em atividades não convencionais, o que contraria parcialmente a tese da convergência. Já em Santiago a tal associação pôde ser confirmada de forma parcial. É importante lembrar que esses resultados foram obtidos ao considerarmos cada uma das formas de participação isoladamente.

3) Em termos dos condicionantes das modalidades de participação (também analisadas de forma desagregada), verificamos através de análises bivariadas que escolaridade serviu como um bom preditor de participação nas mais variadas formas (principalmente em Porto Alegre). Já os dados relativos a idade apontaram para uma diminuição no engajamento político (em Montevidéu e Santiago) quando se diminui a faixa de idade do cidadão. As variáveis atitudinais não mostraram um padrão único, mas entre os vários testes realizados, chama atenção a força das associações entre participação, capital social e pós-materialismo (nesse caso, principalmente em Porto Alegre e Montevidéu). Apesar de relevantes, destacamos que as análises multivariadas posteriores minimizaram os efeitos encontrados nessa etapa inicial da investigação. Na presença de outras medidas, mesmo a escolaridade e idade, que aparecem com destaque na literatura sobre o tema, perderam sua capacidade explicativa no contexto das três capitais.

4) Por fim, construímos dois modelos de regressão, tomando os índices de participação convencional e não convencional como variáveis dependentes e independentes (para cada um dos modelos). Os resultados apontaram que a inserção de tais variáveis no modelo ampliou em muito sua capacidade explicativa (para ambas as modalidades de participação). Em termos de capacidade preditiva sobre o comportamento da variável dependente, participação convencional foi o maior preditor da participação não convencional e vice-versa para todas as três cidades.

Cabe agora um questionamento sobre o significado teórico de tais achados empíricos. Estamos, com certeza, diante de um fenômeno complexo e difícil de ser explicado com os dados disponíveis até o momento, mas o que podemos afirmar é que, se por um lado os resultados refutam parcialmente a tese da convergência em termos de modalidades individuais de participação (cfe. análise fatorial), por outro eles confirmam tal tese quando agrupamos tais modalidades a partir da diferenciação entre formas convencionais e não convencionais (cfe. modelo de regressão). Nesse último caso, ter participado ou participar em alguma das modalidades (convencional ou não convencional) é o melhor preditor para a participação em outra, superando em muito a capacidade explicativa de outras variáveis sócio-econômicas e atitudinais. Nesse sentido é possível explorar a tese de que a participação é fruto sim, da posse de recursos (individuais e coletivos) por parte dos indivíduos, conforme advoga o modelo

da centralidade, mas que tais recursos são mediados por aspectos relacionados a trajetória e vínculos (que podemos aqui denominar de identidade) dos atores, os quais são adquiridos, entre outras formas pela seu engajamento em alguma modalidade de participação política. Tal engajamento seria produtor de “competência política”, conforme advoga Della Porta (2003; 2008), onde a opção pela participação numa modalidade x ou y dependeria muito mais de oportunidades oferecidas pelo contexto do que de algum atributo individual do indivíduo.

Essa afirmação, todavia, abre espaço para questões adicionais que não podem ser respondidas com os dados de que dispomos, dentre as quais a mais imediata diz respeito a direção de causalidade entre as duas formas agregadas de atuação política.

Fugindo da solução conciliadora e confortável da mútua causalidade, a resposta competente para esse problema comportaria duas possibilidades. De um lado, a participação convencional poderia ser identificada como potencializadora da atuação contestatória ou não convencional. Neste caso os canais tradicionais de engajamento favoreceriam o desenvolvimento da competência política dos cidadãos e a relevância das oportunidades ou estruturas institucionais de participação estaria afirmada. Como consequência política, a reversão da apatia ou cinismo político passaria pelo reforço desses canais formais existentes e também pela criação de novos por iniciativa das instituições estatais.

Por outro lado, poderia também ser observado que tais modalidades contestatórias é que funcionariam como experiências potencializadoras do ativismo político, favorecendo até mesmo as formas tradicionais. Nesse sentido, a crítica e contestação às instituições e elites políticas por meio de manifestações, boicotes, abaixo-assinados, dentre todas as demais listadas anteriormente, produziria cidadãos atentos, competentes e dispostos a se envolverem posteriormente em ações por meio dos canais formais. A contestação não seria, portanto, um elemento nocivo ao regime democrático concretamente existente, mas um mecanismo externo de aprimoramento impulsionado pelo descontentamento dos cidadãos mobilizados.

Tais perguntas infelizmente não podem ser satisfatoriamente respondidas com os dados de que dispomos, pois seria necessário mais do que simplesmente comparar os efeitos produzidos por uma modalidade sobre a outra, até porque como os modelos apresentados anteriormente revelam, os impactos são muito semelhantes. Seria fundamental a existência de medidas prévias de ambas as formas de participação para estabelecer a direção do relacionamento identificado nesse artigo. Levantar tais dados de maneira adequada é tarefa bastante complexa, porém as informações que a sua análise pode fornecer são extremamente relevantes e podem contribuir significativamente para o esclarecimento de pontos centrais no debate sobre a participação e também sobre o futuro das democracias, sobretudo daquelas que surgidas no contexto da chamada *terceira onda* ainda lutam para efetivamente se consolidarem.

Apêndice Metodológico - Criação dos Índices

O índice de confiança nas instituições foi elaborado a partir da soma das questões: “Gostaria de saber se o (a) Sr (a) confia muito, pouco ou não confia no (a): Congresso Nacional, (b) Governo Federal (Presidente/Ministros), c) Assembléia Legislativa, (deputados estaduais), d) Governo Estadual (governador/secretários), e) Câmara Municipal (Vereadores), Governo Municipal (prefeito/secretários), Judiciário (juízes/tribunais), Partidos Políticos. A escala

era a mesma para todas as variáveis: (1) confia muito, (2) confia pouco, (3) não confia. No caso de Montevidéu, assembléia legislativa e governo estadual não foram considerados, por não fazerem parte do rol das instituições políticas do país. No caso de Santiago, foram considerados: “Congreso Nacional”, “Gobierno”, “Junta de Vecinos”, “Municipalidad”, “Poder Judicial”, “Partidos Políticos”.

O índice de *capital social* foi elaborado a partir da soma das questões: “33. O (a) Sr (a) considera importante a sua participação para resolver os problemas do país; 39. Na sua opinião, a colaboração entre as pessoas pode contribuir para melhorar a situação do país; 40. Nos últimos anos, o (a) Sr (a) tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas; 46. Se precisasse viajar por um ou dois dias, o /a Sr/a poderia contar com vizinhos para cuidar de sua casa e/ou filhos?; 48. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, o/a Sr (a) contribuiria para este projeto?”. Para todas as questões a escala era a mesma (1) sim, (2) não. O índice utiliza as mesmas variáveis de Baquero (2007, anexo 2), com exceção de que Baquero também utilizou as variáveis de participação no seu índice, que no nosso caso, são as variáveis dependentes. Outra diferença é que Baquero atribuiu peso 2 para a pergunta 40. No nosso caso, todas as perguntas tiveram o mesmo peso. No caso de Santiago, como não havia a questão 48 no questionário, o índice foi elaborado desconsiderando tal variável. No caso de Santiago, as escalas de duas questões também eram diferentes. Na pergunta 39 a escala era “si”, “algunas veces” e “no”. Para elaboração do índice, somamos a respostas “si” e “algunas veces” e recodificamos como “sim” No caso da pergunta 46, a escala era “si”, “probablemente”, “no”. O mesmo procedimento foi adotado em relação à questão anterior.

A escala de *Eficácia política* foi operacionalizada a partir da pergunta 33. “O (a) Sr (a) considera importante a sua participação para resolver os problemas do país”. Tal pergunta já fazia parte do índice de capital social, mas se considerou apropriado fazer o teste considerando a questão de forma isolada, pelo fato de ser usada tradicionalmente como indicadora de eficácia política.

A escala de *Informação Política* foi operacionalizada a partir da pergunta: “O (a) Sr (a) se costuma manter informado sobre assuntos políticos? Respostas (1) sim, (2) não. As não respostas não foram consideradas”

A escala de *Pós Materialismo* foi construída a partir da resposta a questão: “Para o (a) Sr (a), o que deve ser mais importante nas ações de um governo? (1) manter a ordem, (2) Combater a inflação (preços), (3) Aumentar a participação, (4) Garantir a liberdade de expressão, (5) Preservar o meio ambiente, (6) Possibilitar o desenvolvimento sustentável”. A escala foi elaborada a partir da recodificação das questões, sendo considerado: (1),+ (2) = materialista. (3), +(4), + (5), + (6) = pós-materialista I. Para o caso de Santiago a variável 6 não existia. Tal escala é uma adaptação do primeiro esforço de Inglehart no sentido de construir sua teoria do desenvolvimento humano. Os esforços mais recentes do autor na construção da escala de materialismo, pós-materialismo apresentam um nível de complexidade bem maior e que não teríamos condições de desenvolver nesse espaço. Para uma síntese da teoria ingelehartiana e sua aplicação ao Brasil, ver o trabalho de Ribeiro (2008).

TABELA ANEXA I
COEFICIENTES DE ASSOCIAÇÃO (GAMA)
ENTRE VARIÁVEIS SOCIAIS X FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

	Porto Alegre			Montevideú			Santiago		
	Renda	Escola	Idade	Renda	Escola	Idade	Renda	Escola	Idade
Partidos políticos	,049	,341*	-,007	,102	,204	,337*	,324	,332	,195
Reuniões políticas	-,015	,365*	,078	,168	,313*	,364*	,487**	,476	,086
Comícios	,068	,445*	-,018	,154	,248**	,066	,220	,364**	-,059
Associações Comunitárias	,040	,087	,076	,110	,436*	,158	,175	,221	,231
Associações religiosas	-,086	-,075	,130	,073	,104	,089	-,013	,049	,003
Associações sindicais	,282**	,292**	,133	,187	,222**	-,276**	,087	-,092	,662*
Conselhos populares	,037	,183	,015	,047	-,083	,306*	-,158	-,292	,517*
ONGs	,180	,591*	-,122	,006	,547*	,023	,243	,564	,085
Orçamento Participativo	,017	,160	,013-	-,057	-,336	,334**	-	-	-
Abaixo-assinados	,162**	,406*	-,211**	,059	0,189	,161	-,090	-,166	,058
Protesto	,217	,417*	-,113	,182	,349*	,226**	,133	,396**	-,247
Greves	,210**	,471*	,131	,161	,280**	,216**	,218	,307	-,238
Ocupações	,041	,279	-,045	,161	,408**	,018	-,100	,730	-,575

Fonte: NUPESAL/NIEM. Pesquisa Capital social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida na América Latina (CNPq), 2005. Elaboração dos autores.

* Sign. 0,000

** Sign. \leq 0,005

TABELA ANEXA 2
COEFICIENTES DE ASSOCIAÇÃO
ENTRE VARIÁVEIS ATITUDINAIS X FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

	Porto Alegre						Montevideu						Santiago					
	CI	CS	EP	I	PM		CI	CS	EP	I	PM		CI	CS	EP	I	PM	
Partidos políticos	,006	,120	,153**	,192*	,431*		,264**	,306*	,151**	,228*	,164		-,097	,350	,124	,144**	,189	
Reuniões políticas	,096-	,223	,186*	,192*	,530*		,263**	,287**	,172*	,239*	,318**		-,071	,491**	,149*	,166**	,084	
Comícios	,002	,334*	,194*	,225*	,476*		,294*	,333*	,200*	,242*	,372*		,014	,487**	,201*	,184**	,395**	
Associações Comunitárias	,015	,454*	,067	,102	,331**		,123	,357*	,185	,197*	,394*		,229**	,554**	,116	,200*	,014	
Associações religiosas	,006	,194	-,004	,011	,133		,126	,071	,075	,043	-,047		,155	,155	,101	,089	,083	
Associações sindicais	,058	,330**	,086	,149**	,512*		,240	,591*	,112	,120	,284		,129	,407	,047	,105	,152	
Conselhos populares	,197	,428*	,090	,046	,483**		,254	,444*	,138**	,167*	,162		,293	,422**	,082	,129**	-,066	
ONGs	,072	,360**	,130**	,168*	,535*		-,079	,395*	,177*	,120	,540*		,111	,678**	,099	,112	,259	
Orçamento Participativo	,052	,361*	,061	,068	,431*		,340	,387*	,092	,116	,228							
Abaixo-assinados	,037	,348*	,121	,162*	,581*		,171	,491*	,232*	,196*	,179		,143	,356**	,111	,088	,268	
Protesto	,046	,305*	,158*	,102	,331**		,196	,381*	,135**	,265*	,370*		,100	,537*	,173	,157**	,300	
Greves	,096	,217	,115	,129	,472*		,305*	,394*	,170*	,234*	,276		,135	,473*	,153**	,132*	,277	
Ocupações	,051	,078	,068	,003	,241		,102	,406**	,133**	,150**	,605*		,804	,438	,033	,48	,689	

CI: Índice de Confiança nas Instituições (Associação Gama) CS: Índice de Capital Social (Associação Gama) EP: Eficácia Política (Associação V Crámer)

I: Informação política (Associação V Crámer) PM: Escala de Pós Materialismo. (Associação Gama)

* Sign. 0,000 ** Sign. $\geq 0,01$ e $\leq 0,05$

Referências

- Almond, G. e Verba, S. (2001) (1963): “La cultura política”, em *Diez textos básicos de ciencia política*. Barcelona, Ariel.
- Avelar, L. (2004): “Participação política”, em L. Avelar e A. O. Cintra, *Sistema político brasileiro: uma introdução*, Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/Editora da UNESP.
- Baquero, M. (2007): *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas*, Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- Baquero, M. e Prá, J. (2007): *Democracia brasileira e cultura política no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- Baquero, M.; Viscarra, S. P. (2008): “Instituições Políticas e participação política na cidade de Porto Alegre: um estudo longitudinal de 1968-2005”, em ANPOCS- *Associação Nacional de Pós graduação em Ciências Sociais*, Caxambu. ANPOCS 32º-Associação Nacional de Pós graduação em Ciências Sociais, 2008. v. 32.
- Boidi, M. F. e Queirolo, M. R. (2008): *La cultura política de la democracia en el Uruguay. Informe del barómetro de las Américas*, disponível em <http://sitemason.vanderbilt.edu/lapop/URUGUAYBACK>. Acesso em fevereiro de 2009.
- Booth, J. e Seligson, M. A. (1978): *Political participation in Latin America*. Vol. 1: “Citizen and State”, New York e London, Holmes e Meyer Publishers.
- Catterberg, G. (2003): “Evaluations, referents of support, and political action in new democracies”, em *International Journal of Comparative Sociology*, Vol. 44, pp. 173-198.
- Dalton, R. J. e Wattenberg, G. M. (2001): *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- Della Porta, D. (2003): *Introdução a Ciência Política*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Della Porta, D. (2008): “Paths to February 15th protest: social or political determinants?”, será publicado em Dieter Rucht e Stefaan Walgrave (eds), *Protest Politics Anti-war mobilization in Western Democracies*. Disponível em www.lse.ac.uk/Depts/global/PDFs/Peaceconference/dellaporta.doc. Acesso em dezembro de 2008.
- Gugliano, A. A. (2004): “Participação e Governo Local: Comparando a descentralização de Montevideo e o orçamento participativo de Porto Alegre.”, em *Sociologia*. [online], set. 2004, no. 46 [citado 12 Março 2009], pp .51-69. Disponível na www: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000300004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0873-6529.
- Hair, J. F. et al. (1984): *Multivariate data analysis*, New York, Macmillan Publishing Co.
- Inglehart, R. e Catterberg, G. (2002): “Trends in political action: the development trend the post-honeymoon decline”, em *International Journal of Comparative Sociology IJCS*, Vol. 43 (3-5), pp. 300-316.
- Inglehart, R. (1998): *Modernización y postmodernización: El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*, Madrid, CIS/Siglo XXI.
- Lüchmann, L. H. H. e Borba, J. (2007): “Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes”, em *31 Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 31º Encontro Anual da Anpocs.

- Luna, J. P. e Seligson, M. A. (2007): *Cultura política de la democracia en Chile*. LAPOP. Disponível em <http://sitemason.vanderbilt.edu/psci/seligson/Monographs%20%26%20Papers>. Acesso em fevereiro de 2009.
- Milbrath, L., Goel, M. L. (1965): *Political participation*, Boston, University Press of America.
- Norris, P. (2002): *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, P. (2007): “Political activism: new challenges, new opportunities”, em Boix e Stokes. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford, Oxford University Press, pp. 628-652. Disponível em <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/ Acrobat/Boix&stokes-chap26.pdf>. Acesso em fevereiro de 2009.
- Olson, M. (2001): “La lógica de la acción colectiva”, em *Diez textos básicos de ciencia política*, Barcelona, Ariel, 2ª ed.
- Pizzorno, A. (1966): “Condizioni della partecipazione política”, em Pizzorno, A. *Le radici della politica assoluta*, Milano, Feltrinelli.
- Pizzorno, A. (1988): “Algun tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional”, em Foxley, A. Macpherson, M., O’Donnell, G., *Desenvolvimento e política e aspirações sociais. O pensamento de Albert Hirschmann*, São Paulo, Vértice.
- Putnam, R. (2002): *Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*, Barcelona, Galaxia Gutenberg.
- Putnan, R. (ed.) (2003): *El declive del capital social*, Barcelona, Galaxia Gutenberg.
- Putnan, R. e Goss, K. A. (2003): “Introducción”, em Putnan, R. (ed.), *El declive del capital social*, Barcelona, Galaxia Gutenberg.
- Putnam, R. e Pharr, S. (2000): *Disaffected Democracies. What’s Troubling The Trilateral Countries?*, Princeton, Princeton University Press.
- Renno, L. R. (2003): “Estruturas de oportunidades políticas e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina”, em *Revista de Sociologia & Política*, 21, pp. 71-82.
- Ribeiro, E. A. (2008): “Valores pos materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros”, em *Revista Debates*, vol. 2. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/6048/4558>. Acesso em março de 2009.
- Valdivieso, P. e Lopez, M. A. (2007): “Evidencias en torno al capital social, la participación y la confianza – Estudio sobre el caso do Chile”, em Baquero, M., *Capital social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida na América Latina*, Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- Verba, S. e Nie, N. H. (1972): *Participation in America. Political democracy and social equality*, New York, Harper & Row.
- Verba, S., Schlozman, K. L. e Brady, H. E. (1995): *Voice and equality. Civic voluntarism in American politics*, Cambridge, Harvard University Press.
- Welzel, C., Inglehart, R. e Deutsch, F. S. (2005): “Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest ‘Civic’Payoff?”, em *Journal of Civil Society*, Vol. 1, No. 2, 121-146, September.
- World Value Survey. 2006. *Online data analysis*. Uruguay, 1996. Disponível em. Acesso em março de 2009. <http://www.worldvaluessurvey.org>.